



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ISLANE SANTOS PEREIRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
SOBRE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DA UNILAB E DA UFBA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ISLANE SANTOS PEREIRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
SOBRE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DA UNILAB E DA UFBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês/UNILAB-BA como requisito para obtenção
de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mighian Danae Ferreira
Nunes.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ISLANE SANTOS PEREIRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
SOBRE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DA UNILAB E DA UFBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês/UNILAB-BA como requisito para obtenção
de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Míghian Danae Ferreira Nunes (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Carla Benitez Martins

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	6
3	OBJETIVOS	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	JUSTIFICATIVA	6
5	REFERENCIAL TEÓRICO	10
6	METODOLOGIA	14
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo estudar os cursos de formação continuada oferecidos sobre os temas gênero, sexualidade e raça por duas universidades, a saber, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre os anos de 2020 e 2024. O intervalo temporal contempla as ofertas mais recentes de cursos oferecidos sobre as temáticas, permitindo compreender se e como as políticas educacionais podem contribuir para a promoção da igualdade de gênero e o combate ao sexismo nas escolas. Além disso, é possível observar um movimento, em algumas universidades, de ampliação das ações de formação continuada voltadas à equidade de gênero e à diversidade, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Minha trajetória acadêmica e pessoal, marcada por vivências relacionadas às desigualdades de gênero no ambiente escolar, me motivou a investigar como as universidades públicas brasileiras preparam professores(as) para enfrentar tais questões.

Esta pesquisa buscará compreender como essas universidades contribuem para a capacitação docente voltada à equidade de gênero, por meio dos cursos de especialização oferecidos; neste projeto, busca-se compreender como a UNILAB e a UFBA estruturam programas de formação continuada. Fizemos as escolhas por estas universidades porque percebe-se que a UNILAB se destaca por evidenciar, em seus projetos pedagógicos dos cursos de graduação, uma preocupação com o debate sobre as desigualdades educacionais que atravessam a educação básica brasileira, especialmente no que se refere às questões de gênero, sexualidade e raça. Esse destaque pode ser observado, ainda, na criação do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH), em 2020, que expressa o compromisso institucional da universidade com a formação de profissionais voltados à equidade e aos direitos humanos; esta iniciativa que visa formar profissionais comprometidos(as) com a equidade e os direitos humanos. Essa ação reforça o compromisso institucional da universidade com a promoção da diversidade e o enfrentamento das desigualdades no campo educacional. Já a UFBA foi escolhida por seu compromisso com estudos e ações voltadas à equidade racial e de gênero, destacando-se o seu Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), referência nacional na área (UFBA, 2006), por se tratar de um programa institucional dedicado à pesquisa, formação e produção acadêmica sobre gênero e feminismo, promovendo debates que dialogam com práticas educativas inclusivas.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como os cursos de formação continuada oferecidos pela UNILAB e pela UFBA entre 2020 e 2024 abordam as temáticas de gênero, sexualidade e raça?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar se e como os cursos de formação continuada para professores(as) da UFBA e da UNILAB abordam a temática da desigualdade de gênero e do sexismo no contexto da educação na sociedade.

3.2 ESPECÍFICOS

- Estudar as ementas dos componentes dos cursos de formação continuada oferecidos pela UNILAB e pela UFBA que tratem da temática de gênero entre os anos de 2020 e 2024;
- Identificar as abordagens teóricas utilizadas nos cursos da UNILAB e da UFBA, observando a organização dos conteúdos e metodologias de ensino apresentadas no projeto político pedagógico do curso;
- Analisar as abordagens adotadas pela UNILAB e pela UFBA no que diz respeito à promoção da equidade de gênero e racial nos cursos de formação continuada oferecidos.

4 JUSTIFICATIVA

Na educação básica, vemos que questões envolvendo possíveis manifestações de sexismo no ambiente escolar são um desafio e fazem com que seja importante refletir sobre como a formação continuada pode contribuir para enfrentar tais desafios. Nesse sentido, estudos como o de Silva (2014) evidenciam que manifestações de sexismo no cotidiano escolar frequentemente passam despercebidas porque estão naturalizadas nas práticas pedagógicas. A

autora ressalta que a escola, muitas vezes, reforça desigualdades de gênero ao reproduzir expectativas distintas para meninos e meninas, o que torna indispensável refletir criticamente sobre as ações docentes. Assim, a formação continuada emerge como um instrumento fundamental para reconhecer e enfrentar essas desigualdades, promovendo uma educação comprometida com a equidade de gênero e o combate ao sexismo.

É assim que nos parece imprescindível discutir temáticas relacionadas à equidade de gênero e ao combate ao sexismo na escola, o que representa um compromisso ético e político com uma educação igualitária. Conforme apontam Karpinski e Digiovanni (2022), a formação docente comprometida com a equidade é fundamental para promover transformações no contexto educacional. Este projeto tem relevância pessoal, pois vivenciei na prática os impactos das desigualdades de gênero no ambiente escolar e entendo que a formação docente tem um papel fundamental na transformação de realidades sociais e escolares. Estudos como os de Guacira Lopes Louro (1997; 2003) demonstram que a escola não é neutra, mas um espaço de produção e reprodução das diferenças, marcado por práticas cotidianas que naturalizam desigualdades e exclusões. Como afirma Louro (1997, p. 31), “a escola é uma das instâncias onde se produzem e se reproduzem as diferenças entre os sujeitos”. É necessário problematizar currículos, materiais didáticos, metodologias de ensino e relações interpessoais que consolidam preconceitos e estereótipos.

A relevância pessoal deste projeto encontra-se com sua relevância social, quando entendemos que a desigualdade de gênero e o sexismo afetam principalmente meninas e mulheres no cotidiano escolar, limitando suas trajetórias educacionais e profissionais. De acordo com Campos, Magalhães e Angulo-Tuesta (2020), as formas de violência contra a mulher mais prevalentes são a violência sexual e física, sendo em sua maioria praticadas por parceiros ou ex-parceiros (35%). Além disso, Fanger, Santiago e Audi (2018) apontam que 40,3% das mulheres encarceradas já sofreram violência psicológica e 31,2% violência física/sexual, com 85,5% dos casos ocorrendo no ambiente doméstico. Tais violências estão diretamente associadas ao aumento de transtornos mentais comuns, como ansiedade, depressão e dificuldade de concentração, afetando negativamente o desempenho social, educacional e profissional dessas mulheres. Programas como o Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH) da UNILAB, e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da UFBA, tornam-se essenciais para essa análise, pois evidenciam que a universidade pode assumir um papel transformador na formação docente.

Ao analisar as desigualdades educacionais, é indispensável considerar o papel da raça na formação das experiências escolares. Patricia Hill Collins (2000) destaca que as vivências das mulheres negras são atravessadas por sistemas simultâneos de opressão, racismo, sexismo e classismo, que organizam as relações sociais e moldam a maneira como essas mulheres vivenciam a escola e a formação docente. Assim, uma proposta de formação continuada que ignore a dimensão racial corre o risco de reproduzir invisibilizações históricas e epistemológicas. Bell hooks (2019) reforça que qualquer projeto educativo voltado à equidade deve reconhecer que raça e gênero estruturam profundamente as relações pedagógicas. Portanto, analisar os cursos da UNILAB e da UFBA exige compreender como essas instituições articulam tais categorias para promover práticas formativas antirracistas e antissexistas.

Dessa forma, conforme o Protocolo de Atuação e Combate ao Sexismo na Escola (UFS/SEED, 2020), torna-se relevante destacar que, no contexto educacional contemporâneo, a formação docente desempenha papel central na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e no combate às desigualdades de gênero. Ao analisar os cursos de formação continuada da UNILAB e da UFBA, esta pesquisa pretende revelar como essas instituições integram em seus programas conceitos e práticas que contribuem para a construção de ambientes educacionais mais equitativos, fortalecendo a consciência crítica dos(as) professores(as) sobre a diversidade, a interseccionalidade e as questões de poder presentes nas relações escolares. Além disso, o estudo mostra-se pertinente diante das demandas sociais por uma educação que valorize a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade. Ao identificar lacunas ou limitações nos conteúdos e nas metodologias dos cursos analisados, a pesquisa poderá subsidiar recomendações para o aprimoramento das formações continuadas, contribuindo para que docentes estejam melhor preparados(as) para lidar com o sexismo e outras formas de discriminação em sala de aula.

O Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH), ofertado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) desde 2015, tem como principal objetivo promover a formação de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com a promoção da igualdade de gênero e racial. A especialização aborda conteúdos voltados a gênero, sexualidade, diversidade, políticas públicas e relações étnico-raciais, contribuindo para a formação de docentes críticos(as) e engajados(as) na construção de uma educação inclusiva e antissexista. O curso integra as ações institucionais da UNILAB voltadas à valorização da diversidade e à promoção de práticas pedagógicas emancipadoras, alinhadas à missão da universidade de fortalecer o diálogo entre Brasil, África e países lusófonos.

Já o Curso “Gênero e Sexualidade na Educação”, ofertado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), criado em 2006. O programa constitui-se como uma referência nacional na produção de conhecimento interdisciplinar sobre gênero, feminismos e relações de poder. Busca articular ensino, pesquisa e extensão, promovendo formações voltadas à equidade de gênero, aos direitos humanos e à transformação social, com ênfase na formação de educadores(as) sensíveis às múltiplas dimensões das opressões e das resistências.

Dessa forma, a justificativa deste estudo se ancora na necessidade de refletir sobre a formação docente como espaço estratégico para a promoção da equidade de gênero e do respeito à diversidade, demonstrando como a análise documental pode revelar tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na construção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Sob o ponto de vista acadêmico, este estudo é relevante porque contribui para o fortalecimento das discussões sobre gênero e educação no âmbito universitário, ampliando o debate sobre a formação docente comprometida com a equidade e os direitos humanos. Ao abordar a desigualdade de gênero como uma construção social que atravessa o cotidiano escolar, a pesquisa estimula reflexões críticas e produz conhecimentos que podem orientar práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis à diversidade. Dessa forma, o tema se torna significativo para a universidade, pois reforça seu papel na promoção de uma educação transformadora e na formação de profissionais capazes de enfrentar o sexismo e outras formas de discriminação.

Nesse contexto, cursos de formação continuada voltados para gênero, diversidade e direitos humanos, como o GDDH/UNILAB e o PPGNEIM/UFBA, assumem papel central ao capacitar professores(as) para uma prática pedagógica comprometida com a equidade e a transformação social.

Assim, a relevância deste trabalho se situa em três dimensões complementares:

- Pessoal: pelo compromisso ético-político de quem vivenciou desigualdades de gênero e busca transformá-las pela via da pesquisa e da educação;
- Social: por compreender que práticas pedagógicas igualitárias impactam diretamente a vida de meninas e mulheres ao promover ambientes educativos inclusivos e antissextistas;
- Acadêmica: por contribuir ao debate sobre formação docente, gênero e educação, articulando referenciais feministas, interseccionais e decoloniais que

ampliam a compreensão sobre as desigualdades e oferecem caminhos para práticas mais justas.

A pesquisa proposta, ao estudar esses cursos, poderá subsidiar reflexões sobre políticas e práticas educativas que articulem as dimensões acadêmica, social e política de maneira integrada, promovendo uma educação básica mais equitativa e sensível às diversidades de gênero.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentaremos os principais conceitos e perspectivas teóricas que fundamentam esta pesquisa. São eles: formação continuada de professores(as), gênero, raça, interseccionalidade e equidade. Tais conceitos são essenciais para compreender como a formação docente aborda as temáticas de gênero, sexualidade e raça, uma vez que os cursos analisados mobilizam essas discussões em suas propostas formativas.

Esta pesquisa se fundamenta, ainda, em documentos institucionais e normativos que orientam a educação brasileira e a promoção da equidade de gênero, como a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, e a Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) são aqui mencionadas porque estabelecem princípios formativos baseados na dignidade humana, na igualdade de direitos e no respeito à diversidade, fundamentos que dialogam diretamente com a proposta dos cursos analisados. O Plano Nacional de Educação (instituído pela Lei nº 13.005/2014 e prorrogado até 2025 pela Lei nº 14.934/2024) e o Protocolo de Atuação e Combate ao Sexismo na Escola (UFS/SEED, 2020). Nesses documentos, lemos em seus textos a afirmação do compromisso das políticas públicas com a formação docente voltada para os direitos humanos, a diversidade e a igualdade/equidade de gênero, sexualidade e raça.

A formação continuada de professores(as) é um processo essencial para fortalecer práticas pedagógicas voltadas à equidade e aos direitos humanos. Segundo Nóvoa (1995), a formação docente deve ser contínua e reflexiva, articulando teoria e prática. Nessa perspectiva, Louro (2003) destaca que a escola pode tanto reproduzir quanto transformar desigualdades, e Crenshaw (1989) reforça que compreender as desigualdades de gênero exige considerar as

interseções entre gênero, poder e outras formas de opressão. A autora enfatiza que a interseccionalidade nasce da necessidade de compreender como a raça estrutura as experiências das mulheres negras, produzindo opressões que não podem ser explicadas apenas pelo gênero. Essa perspectiva, dialogando com Lélia Gonzalez (1988) e Patricia Hill Collins (2000), evidencia que gênero, raça e classe atuam de maneira simultânea na constituição das relações sociais e das vivências educacionais, devendo, portanto, ser analisadas de forma conjunta.

A compreensão de gênero como uma categoria histórica e social tem se tornado central nas ciências humanas desde a década de 1980, a partir das contribuições de Joan Scott (1995), que propôs o gênero como uma categoria útil de análise histórica. Segundo Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Para a autora, as relações de gênero são construções sociais e representam uma forma primária de significar as relações de poder.

De maneira complementar, Maria de Lourdes Alves (2005) destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as múltiplas formas de desigualdade presentes no contexto escolar. Rosely Rocha (2010) evidencia que a escola é um espaço estratégico para o desenvolvimento de consciência crítica sobre gênero, enquanto Célia Regina da Silva (2012) reforça a necessidade de formação continuada de professores que integrem perspectivas de gênero e diversidade, promovendo espaços de reflexão e transformação. É nesse sentido que se faz urgente cursos de formação continuada que abordem estas temáticas e cheguem às professoras que estão nas escolas, como forma de aprimorar os conhecimentos que elas têm sobre gênero e diversidade.

Guacira Lopes Louro (1997; 2003) amplia essa reflexão ao considerar a escola como um espaço de disputa simbólica e ideológica, onde os discursos sobre masculinidade e feminilidade são constantemente produzidos, reproduzidos e questionados. As práticas pedagógicas, segundo Louro, podem tanto reforçar quanto desconstruir desigualdades. Butler (2003, p. 34) explica que “o gênero é uma repetição estilizada de atos, através do tempo, que produz a aparência de uma substância natural”.

A discussão sobre gênero, embora essencial para compreender as desigualdades sociais, não pode ser analisada isoladamente, pois as experiências de homens e mulheres são atravessadas por múltiplas dimensões da vida social. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), amplia essa compreensão ao evidenciar que as experiências de gênero são atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade e deficiência, entre outros. Conforme Crenshaw (1989, p. 140), “a

interseccionalidade é uma lente através da qual é possível ver onde o poder colide e se entrecruza”.

Essa perspectiva possibilita analisar como o sexismo se articula a outras formas de opressão. A partir destas afirmações, entendemos que, nas sociedades atuais, a formação continuada de professores(as) deve incluir tais temáticas e promover espaços de reflexão sobre as múltiplas dimensões da exclusão e incentivar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. A educação antissexista, conforme discutem Louro (2003) e Karpinski e DiGiovanni (2022), busca transformar o cotidiano escolar em um ambiente de respeito, diálogo e reconhecimento das diferenças. Seus programas de formação continuada devem integrar perspectivas feministas e interseccionais, articulando teoria e prática de maneira crítica.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo se mostra relevante por contribuir com as discussões sobre gênero e educação, especialmente na formação docente. Ao refletir sobre as desigualdades de gênero e suas implicações no contexto educacional, a pesquisa reforça o papel das universidades públicas, como a UNILAB, na promoção de uma formação crítica, comprometida com os direitos humanos e com a valorização da diversidade. Além disso, documentos institucionais e políticas educacionais, como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), a Lei nº 11.645/2008 e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), evidenciam a necessidade de aprofundar estudos e práticas que fomentem a igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação.

Sob uma perspectiva decolonial, autoras como Oyèrónké Oyěwùmí (2004) e María Lugones (2014) questionam os fundamentos eurocêtricos das epistemologias ocidentais e dos feminismos hegemônicos, argumentando que o conceito de gênero, tal como concebido na modernidade, é uma invenção colonial. É importante diferenciar, contudo, o que é eurocêntrico do que é decolonial. Segundo Catherine Walsh (2009), o pensamento eurocêntrico naturaliza modelos ocidentais como universais e estabelece hierarquias coloniais que estruturam o saber. Já a perspectiva decolonial busca justamente questionar essas imposições, defendendo a valorização de epistemologias produzidas fora da lógica hegemônica. Assim, ao analisar cursos de formação docente, torna-se necessário observar se os currículos reproduzem epistemologias eurocentradas ou se promovem abordagens comprometidas com a crítica às hierarquias coloniais.

Oyěwùmí (2004) destaca que as categorias “homem” e “mulher” não eram universais, sendo aplicadas de forma distinta em sociedades africanas pré-coloniais. Assim, uma formação continuada baseada em epistemologias do Sul propõe repensar o currículo e os

saberes escolares, valorizando vozes historicamente marginalizadas e convidando docentes a reconhecerem a colonialidade presente em suas práticas pedagógicas.

O debate contemporâneo sobre gênero e feminismos tem se ampliado no Brasil, reforçando a importância de compreender o gênero não apenas como diferença, mas como relação política e histórica de poder. O artigo “Gênero e Feminismos: Perspectivas e Desafios na Educação Brasileira” (Neguem, 2018) enfatiza que a escola é um dos principais espaços onde as desigualdades de gênero se manifestam, mas também onde é possível promover rupturas e construir novas formas de convivência e aprendizado. De acordo com Neguem (2018, p. 4), “a escola é um dos principais espaços de disputa simbólica, onde as desigualdades de gênero podem ser reproduzidas ou transformadas”.

Segundo a autora, os processos formativos voltados ao enfrentamento do sexismo devem articular três dimensões fundamentais: a teórica, que envolve o estudo crítico das categorias de gênero, feminismo e interseccionalidade; a política, que reconhece o papel transformador do(a) educador(a) e a pedagógica, que se expressa em práticas concretas de equidade, respeito e inclusão.

Ainda segundo Neguem (2018), os feminismos negros, indígenas e decoloniais oferecem contribuições essenciais à construção de uma educação antissexista, pois ampliam o entendimento sobre as múltiplas opressões e suas interseções. Essas reflexões dialogam diretamente com o presente trabalho, que compreende os cursos de formação continuada da UNILAB e da UFBA como espaços de formação crítica, capazes de transformar práticas pedagógicas e contextos sociais.

A formação continuada é entendida, neste estudo, como um processo contínuo de desenvolvimento profissional e humano, que vai além da simples atualização técnica. De acordo com Nóvoa (1995), o(a) professor(a) se forma ao longo da vida, em diálogo constante com suas experiências e com o contexto social em que atua. Essa concepção amplia a noção de formação, reconhecendo o educador como sujeito reflexivo e transformador.

Nos cursos que desejamos analisar, Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH/UNILAB) e Gênero e Sexualidade na Educação (PPGNEIM/UFBA) observa-se a preocupação em articular teoria e prática, incentivando o(a) docente a adotar uma postura crítica diante das desigualdades presentes no ambiente escolar. Esses cursos, ao integrarem perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais, configuram-se como espaços de resistência e criação coletiva.

Desse modo, pensar a formação continuada sob a ótica do gênero significa reconhecer a escola como espaço de reconstrução simbólica e social, capaz de promover a

equidade e o respeito à diversidade. As contribuições teóricas de Scott (1995), Louro (1997; 2003), Butler (2003), Oyěwùmí (2004) e NEGUEM (2018) demonstram que as questões de gênero não podem ser reduzidas a aspectos biológicos, mas devem ser entendidas como produtos de relações de poder, discursos e práticas sociais. A formação continuada, assim, assume papel decisivo na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma educação libertadora. Ao analisar as experiências da UNILAB e da UFBA, esta pesquisa busca evidenciar como a produção acadêmica e os programas institucionais podem contribuir para o fortalecimento de uma prática pedagógica comprometida com os direitos humanos, a igualdade de gênero e o combate ao sexismo.

6 METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida por meio de análise documental, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre temas relacionados à pesquisa, especialmente gênero, diversidade e enfrentamento ao sexismo na formação continuada de professoras(es). Serão analisados textos, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais que tratem do tema, buscando compreender como essas produções abordam o enfrentamento do sexismo no contexto educacional.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e de caráter documental. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a abordagem qualitativa busca compreender os significados atribuídos às experiências humanas, permitindo uma interpretação aprofundada dos fenômenos estudados. Já Gil (2008) define a pesquisa documental como aquela que se baseia na análise de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, como ementas, planos de curso, projetos pedagógicos e outros documentos institucionais, exatamente o que se pretende realizar neste estudo.

A escolha por esse tipo de estudo se justifica pela necessidade de compreender de maneira aprofundada como as instituições de ensino superior abordam a temática de gênero e o enfrentamento ao sexismo em seus cursos de formação continuada para professoras(es). A investigação dos documentos possibilita não apenas identificar a presença ou ausência desses conteúdos nos cursos, mas também compreender de que forma eles são estruturados, quais metodologias pedagógicas são propostas e como as estratégias de enfrentamento ao sexismo são articuladas dentro do contexto institucional.

Serão pesquisados documentos institucionais relacionados aos cursos de formação continuada oferecidos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialmente aqueles voltados à temática de gênero, diversidade e direitos humanos. Entre esses documentos estão:

- Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que orientam a estrutura e as diretrizes formativas - neles estão as ementas das disciplinas e dos cursos de formação continuada escolhidos, a saber;
- Planos de curso e programas de disciplina, que detalham objetivos, conteúdos e metodologias.

A análise desses materiais será realizada por meio de uma abordagem qualitativa e interpretativa, buscando identificar como a temática de gênero e o enfrentamento ao sexismo aparecem nas propostas formativas. Além disso, durante a leitura dos documentos, também serão observados como aparecem ou se estão ausentes, as categorias raça, gênero, sexualidade e interseccionalidade. A presença dessas dimensões é fundamental para compreender se os cursos analisados incorporam perspectivas que enfrentam as desigualdades estruturais na formação docente.

O procedimento envolverá leitura, categorização e interpretação dos dados documentais, com base nos referenciais teóricos discutidos anteriormente: Scott (1995), Louro (1997), Crenshaw (1989), Oyěwùmí (1997), Neguem (2018), entre outros.

Na próxima seção, apresentaremos o cronograma da pesquisa que desejamos realizar.

7 CRONOGRAMA

Atividade	TCC I	TCC II	TCC III
Reuniões de orientação	X	X	X
Levantamento bibliográfico	X		
Reescrita do projeto de pesquisa	X		
Confirmação dos cursos para análise	X	X	
Análise dos cursos escolhidos		X	
Revisão do levantamento bibliográfico inicial		X	
Escrita do Trabalho de Conclusão de Curso			X
Revisão e finalização do texto final			X
Elaboração da Apresentação			X
Defesa			X
Revisão do trabalho e envio para a biblioteca			X

REFERÊNCIAS

ALVES, M. de L. *Educação inclusiva e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Prorrogado até 2025 pela Lei nº 14.934, de 20 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; MAGALHÃES, Yasmim Bezerra; ANGULO-TUESTA, Antonia. *Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II)*. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

FANGER, Vanessa Cristina; SANTIAGO, Silvia Maria; AUDI, Celene Aparecida Ferrari. *Fatores associados à violência contra mulher na vida prgressa de mulheres encarceradas*. 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 21, p. 93–114, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73–101, 2008.

NEGUEM. Gênero e Feminismos: Perspectivas e Desafios na Educação Brasileira. *Revista Interdisciplinar de Estudos de Gênero e Educação*, v. 5, n. 2, p. 1–15, 2018.

NÓVOA, A. *Formação de professores e profissão docente*. Porto: Porto Editora, 1995.

OYĚWÙMÍ, O. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Dakar: CODESRIA, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PIMENTEL, A. *Gênero e educação: desafios no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, M. M. Teorias feministas e teorias queer do direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 3, p. 1679–1710, 2021.

ROCHA, R. *Gênero e educação: desafios da consciência crítica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/0>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SILVA, C. R. da. *Formação de professores e diversidade: perspectivas de gênero*. Campinas: Papirus, 2012.

SILVA, Rosineide A. Gênero na prática: uma educação a não sexista nas escolas. *Revista Educação e Linguagens*, v. 4, n. 6, 2014.

TEIXEIRA, M. B. M.; LOPES, F. T.; GOMES JÚNIOR, A. B. Gênero e feminismos: conceitos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, 2019.

UFBA. *Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006. Disponível em: <https://ppgneim.ufba.br>. Acesso em: 7 out. 2025.

UFS/SEED. *Sexismo na escola: protocolo de atuação e combate*. Sergipe, 2020.

UNILAB. *Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH)*. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2015. Disponível em: <https://unilab.edu.br>. Acesso em: 7 out. 2025.

UFBA. *Gênero e sexualidade na educação – Projeto Pedagógico do Curso*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://sead.ufba.br/cursos/genero-e-sexualidad-e-na-educacao>. Acesso em: 7 out. 2025.

UNILAB. *Gênero, diversidade e direitos* – Projeto Pedagógico do Curso. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: <https://unilab.edu.br/iead/genero-diversidade-e-direitos/>. Acesso em: 8 out. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *Revista Educação*, v. 32, n. 3, p. 15-38, 2009.